

UM BREVE OLHAR SOBRE A VIDA CULTURAL EM ACUPE - DISTRITO DE SANTO AMARO (BAHIA): memória, identidade e patrimônio.**Tamiles Santos Alves¹
José Roberto Severino²****RESUMO**

O presente artigo tem por finalidade apresentar uma experiência de extensão universitária em Acupe, distrito de Santo Amaro. A metodologia da história oral através do registro audiovisual é o caminho para a imersão cultural na comunidade. As entrevistas foram realizadas ao longo de 2011 e 2015, gerando um acervo de memórias da comunidade. Todas as entrevistas foram devolvidas aos entrevistados em formato DVD completas e depois no formato documentário, que também foi exibido da comunidade. Os temas elencados foram muitos, constituindo rico material da memória local e também para a análise da cultura como vetor de acesso aos direitos.

Palavras-Chave: Identidade; Cidadania; memória, audiovisual.

O presente artigo tem como base uma atividade de extensão universitária, realizada em Acupe, distrito de Santo Amaro, por alunos que cursaram a disciplina “ACCS-Memória Social: Audiovisual e Identidades”, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A disciplina tinha como objetivo estabelecer um diálogo com a comunidade acerca de sua história, pesquisando e realizando registros documentais e audiovisuais, observando o “modo de vida”, e atuação dos moradores na ressignificação da memória e do patrimônio imaterial daquela comunidade. Os trabalhos iniciaram com uma imersão na tradição oral e da transmissão dos saberes que são passados dos mais velhos para os mais novos – o que fortalece a história do local. O procedimento de coleta de dados se deu pela análise das entrevistas que foram realizadas com os moradores, as quais resultaram na construção do

¹ Mestranda no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA) - Linha de Pesquisa: Cultura e Identidade, sob orientação do Professor José Roberto Severino; Graduada em Comunicação Social com habilitação em Produção Cultural pela Faculdade de Comunicação da UFBA. E-mail:tamilessantosalves@gmail.com.

² Prof. na Faculdade de Comunicação da UFBA e no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.

documentário *Acupe Terra Quente*, produzido pela (ACCS) “Memória Social: Audiovisual e Identidades”, realizado em parceria com o *Coletivo de Audiovisual (CAV)*, do *Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT)* e com a Agência Experimental da Facom.

Buscamos analisar a defesa da identidade e militância dos moradores de Acupe pela participação na vida cultural através das manifestações culturais como fomentadores da ideia de direito cultural. Ultimamente, ouve-se muito falar em Direitos Culturais, mas pouco se sabe de sua origem, do que se tratam exatamente, ou quem pode e deve ter acesso a eles. Os Direitos Culturais nasceram como um desdobramento dos Direitos Humanos, numa forma de validação e ampliação destes (Teixeira Coelho, 2011, p.7)³. Para Bobbio (2004), a primeira discussão sobre os direitos humanos surgiu já no período moderno, sendo a Revolução Francesa o evento inaugural, e sua defesa fazia parte do contexto histórico daquele período.

Emerge nesse contexto, também, o primeiro direito cultural reivindicado, o direito autoral que, mesmo sendo precedido pelos movimentos na Inglaterra (1688) e nos Estados Unidos (1776), teve sua maior expressão na França no século XVIII. Posteriormente, a corrente marxista exigiu o reconhecimento dos direitos econômicos, sociais e culturais, ditos direitos sociais (ou de igualdade), com viés coletivo, representando a segunda geração dos direitos humanos, logo, dos direitos culturais. O direito cultural que surge nesse período é o da participação na vida cultural, o qual tem duas diretrizes: criação e fruição (ou acesso).

Após o genocídio em massa do povo judeu, conduzido pelo nazismo na Alemanha, na década de 1920, houve a necessidade do reconhecimento dos direitos. Nesse contexto, após a segunda Guerra Mundial, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), proclamando anos depois, a terceira geração dos direitos humanos (fraternidade / solidariedade): os “Direitos dos Povos”.

³ Revista do Observatório Itaú Cultural, n11, 2011, pag 7. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001813.pdf>> Acessado em 15/08/2014

Em 10 de dezembro de 1948 a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)⁴. Sem poder dar conta dos assuntos relacionados à cultura, a ONU criou a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)* - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - em 16 de novembro de 1945, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo por meio da educação, ciência, cultura e das comunicações.

Ao tentar mediar os conflitos étnicos, a Unesco passou a ter a tutela dos Direitos Culturais e, com o passar do tempo, formulou vários documentos sobre o tema: recomendações, declarações e convenções que, de certo modo, influenciaram na construção das políticas públicas culturais dos países signatários. Neste mesmo período, após os altos números de saques ao patrimônio cultural dos países ocupados durante a Segunda Guerra Mundial, nasceu o terceiro direito cultural: o direito à Identidade ou de Proteção ao Patrimônio Cultural.

Em 1954, a UNESCO promoveu a Convenção sobre a Proteção dos Bens culturais que obrigava os países signatários a respeitar os bens dos países adversários e proteger os seus em caso de conflitos armados. O quarto direito cultural, o direito à Cooperação Cultural Internacional, surgiu vinculado ao direito da Identidade, erguendo-se da necessidade de buscar a paz mundial diante de tantas guerras que assolavam o mundo.

Assim como os direitos humanos, os direitos culturais surgiram paulatinamente, resultantes de demandas em determinados momentos da sociedade. Bobbio (2004) afirma que os primeiros – portanto, os segundos - fazem parte de um processo histórico que não devem ser considerados absolutos ou invariáveis porque, apesar de serem pertinentes e necessários num contexto, podem não o ser em outros, a exemplo dos direitos reivindicados pelos burgueses e proletariado, que hoje foram substituídos por novos direitos, julgados fundamentais para a geração atual.

⁴ Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acessado em: 15/06/2014

Os direitos culturais que, por seu turno, são considerados confusos e subjetivos, primeiro, pelo amplo conceito de cultura, segundo, pela falta de um acordo geral sobre quais são os direitos culturais e, sobretudo, por serem oriundos de uma terminologia sem definição precisa (os direitos humanos). Acrescido a isso, os direitos culturais têm duas dimensões, que quase sempre aparecem contrapostas: o individual *versus* o coletivo, sendo que os primeiros, muitas vezes, sobrepõem-se aos segundos.

Após discussões em torno dos direitos culturais no plano internacional foi criada a Declaração de Friburgo, a qual foi encomendada pela Unesco a especialistas que receberam o nome de *Fribourg Goup* (Grupo de Friburgo). Eles teriam a missão de construir um documento capaz de reunir e abranger as definições que encontravam-se dispersas em vários instrumentos normativos da ONU e, por fim, minimizar o caráter de indefinição e tratar do assunto com mais clareza. Apesar de ser organizado pelo Instituto Interdisciplinar de Ética e dos Direitos Humanos da Universidade de Fribourg, na Suíça, o documento recebeu colaboração de outros institutos de pesquisas localizados em países diferentes. O documento construído foi apresentado em 2007, com o título *Cultural Rights, Fribourg Declaration* (Declaração de Friburgo sobre Direitos Culturais).

No Brasil, o discurso de defesa dos direitos culturais está presente na Constituição de 1988, precisamente no artigo 215, o qual postula que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005)”. Pela primeira vez os direitos culturais são mencionados em uma constituição em sua dimensão individual e coletiva e, como visto, o texto é bem claro em relação ao dever do Estado brasileiro.

ACUPE - TERRA QUENTE

Segundo o professor Domingos da Hora Fiaz, Acupe nasceu no século XVI, no período da escravidão. E, no blog “O Bom do Acupe”⁵, criado e alimentado por alguns

⁵Blog o Bom do Acupe. Disponível em: <http://www.obomdoacupe.com>. Acesso em: 13/9/2014

moradores da cidade, há informações de que a comunidade está situada no centro dos três principais engenhos do período colonial, localizados no Recôncavo Baiano - Engenho Murundu, Engenho de Acupe e Engenho São Gonçalo. Em 1588, a área em que se encontrava a vila de Acupe fez parte da sesmária pertencente ao III Governador Geral do Brasil, Mem de Sá Fernão Rodrigues Castelo Branco, proprietário de currais de vaca no local, segundo Domingos Fiaz. para ele há relatos de que Acupe participou da Independência da Bahia, assim como da Revolta dos Malês, portanto, era considerado um lugar estratégico de luta. Após a libertação dos escravos, a maioria dos negros que se refugiaram em Acupe eram de origem nagô, segundo um dos textos presente no blog mencionado. Destaca-se que “Acupe” é um termo tupi que significa “terra quente”.

Após sua fundação, tornou-se distrito de Santo Amaro da Purificação através da lei estadual nº 628 em 30 de dezembro de 1953 e, desde então, luta por sua emancipação. Cabe lembrar que, naquela época, Santo Amaro era uma zona produtora de cana-de-açúcar, fumo e mandioca. Tanto a cana-de-açúcar quanto os grandes engenhos de farinha ajudaram a gerar riqueza para o local; em 1878, a cidade chegou a ter 129 engenhos⁶.

Como muitas das comunidades do recôncavo, Acupe experienciou os reflexos de riqueza e pobreza da região. Com a abertura de estradas, os moradores passaram a tomar outros transportes para visitar cidades vizinhas e não somente o saveiro. Porém, tais mudanças não escondem os problemas enfrentados por Acupe hoje, pois o local ainda sofre com a falta de saneamento - nem todos os moradores têm acesso à água potável, nem todas as ruas são pavimentadas e o esgoto corre a céu aberto. Acrescido a isso, a inexistência de serviços básicos como Bancos, Casas Lotéricas e delegacia, por exemplo.

Atualmente, Acupe tem cerca de 10 mil habitantes (IBGE, 2010). Cercada por praia, manguezal e cerrado, a renda das famílias baseia-se na pesca e mariscagem. A mariscagem é uma atividade realizada principalmente pelas mulheres, vítimas principais de problemas de saúde derivados do contato com a lama dos manguezais e a friagem do

⁶ Site Oficial da Prefeitura de Santo Amaro. Disponível em:
<http://www.santoamaro.ba.gov.br/santo-amaro>. Acesso em: 3/11/2014

mar. A pescaria ganha maior expressão na feira do porto, que acontece sempre na quaresma, durante a Semana Santa. Antes, o evento acontecia tendo sua dinâmica marcada pela venda e troca de mercadorias entre os mercadores que vinham de Salvador para o porto de Acupe.

Em Acupe, problemas sociais que não foram resolvidos pela gestão pública e ações que deram certo por iniciativa dos moradores coexistem, e são formas de resistência às lacunas apresentadas. Dentre os pontos positivos, há a Escola Estadual Castro Alves, a Biblioteca Comunitária Anna Sironi e, em especial, a Rádio Comunitária Esperança, que foi fundada pela ação de um grupo ligado à Módena, Itália, através de missionários da igreja Católica e completou nove anos em 2014.

“A Rádio serve de voz para o povo. Aqui as pessoas vêm fazer reclamações sobre as mazelas sociais, contribuem na programação através da criação de programas” (Roger Amorin, em entrevista à ACCS).

Entre 2009 e 2010 foi formada a Associação Quilombola de Acupe, com o apoio do Incra e da Fundação Palmares, como contou em entrevista à ACCS Carlos de Assis, Presidente da Associação. Conforme Carlos, Acupe é uma comunidade quilombola e demorou muito tempo para que alguns moradores pudessem se reconhecer como remanescentes de quilombo. Ele conta que as primeiras reuniões da Associação aconteciam no Morro do Cruzeiro porque não tinham um espaço para os encontros, realidade que perdura até hoje por falta de apoio financeiro para construir uma sede.

Outro aspecto importante em Acupe é a questão religiosa; embora tenha o candomblé como prática religiosa preponderante, é a diversidade que impera. Lá, candomblecistas, católicos e evangélicos aprendem a conviver diariamente com as diferenças, mesmo que isso coloque em dúvida a questão da tolerância religiosa: será que o respeito entre os moradores existe em meio à diversidade? Para responder a essa pergunta foi necessário recorrer a alguns dos moradores entrevistados pela ACCS, dos quais um representa a igreja católica e outro a igreja evangélica. Segundo o Pastor da

igreja Pentecostal, Arioque Nascimento, existe a possibilidade de conviver diante de religiões distintas:

“Acho que todo mundo tem a liberdade de escolha. O candomblé é visto hoje como uma religião. Mesmo que eu não veja dessa forma, a minha obrigação é respeitar. Não podemos obrigar as pessoas a terem as religiões que quisermos. Religião é algo como os outros temas: futebol, esporte; é algo que você não discute, se vive”.

Assim como o pastor, Justina Almeida de Santana, representante da igreja católica, menciona que não é fácil, mas procura-se conviver da melhor forma possível:

“Sabemos que o candomblé é uma cultura da terra, algo muito forte aqui, então, tentamos trabalhar com eles com respeito. Tentamos ajudar naquilo que é possível; fazê-los ver que a cultura é bom, mas que a cultura também tem que fazer crescer a mentalidade, fazer desenvolver não só eles, mas o lugar. É que às vezes eles se voltam mais pra cultura em si, mas não pensam como um todo na comunidade e, pra gente tentar lidar com isso, às vezes, é um pouco difícil, mas se tenta, né?”

A igreja católica foi a primeira a ser instalada em Acupe, seguida pelas igrejas evangélicas Batista e Assembleia e, posteriormente, pela Pentecostal e Universal. Ressaltamos que as falas pacíficas apresentadas acima não escondem certos atritos que já ocorreram em alguns momentos entre os candomblecistas e os membros da igreja Universal – a que mais parece implicar com o Candomblé no local – como conta Paulo Cruz, Pai de Santo do terreiro de segmento angolano Enzotumbalê Jussara que, em suas palavras, “Enzo” significa casa; “tumbalê”, filhos, netos e amigos; “Jussara” é o nome de uma cabocla. O terreiro foi fundado em 25 de maio de 1990, por Emanuel Clêmido

da Cruz, pai biológico de Paulo cruz, que cuida do terreno hoje. Ele conta que o terreiro foi perseguido pela igreja, mas eles tentaram resolver de forma pacífica:

“o Jussara foi perseguido pela Igreja Universal, mas tentamos resolver da melhor forma possível. Não temos problema nenhum com o candomblé em Acupe, somos respeitados. Os moradores nos respeitam e participam. Nós somos convidados para fazer palestras em colégios e na área da saúde também. A tolerância religiosa sempre existiu em Acupe. Nenhum terreiro foi invadido ou quebrado”.

Por ser um distrito relativamente pobre, a maioria dos terreiros de Acupe buscam realizar trabalhos sociais, tentando preencher algumas lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas, como afirma Paulo Cruz. Além de formado em Pedagogia e Enfermagem, trabalha na área da saúde, cumprindo a obrigação como pai de santo dentro do terreiro, mas também realizando projetos de alfabetização para os jovens da comunidade. Segundo ele, os jovens de Acupe são os que mais precisam ser assistidos pelas políticas e pelos moradores, já eles são vistos como o futuro da comunidade.

PARTICIPAÇÃO NA VIDA CULTURAL EM ACUPE

Existem vários pontos em Acupe sobre as quais poderíamos dissertar, mas para manter o foco, voltaremos a tratar da questão cultural que, por sua vez, coloca-se como camuflagem dos problemas sociais que são enfrentados diariamente pelos moradores. É através da cultura que as pessoas da comunidade tornam-se protagonistas da história que contam e querem contar para as gerações que estão por vir. O legado que os mais velhos tentam passar para os mais novos é uma forma de manter viva a tradição de um passado que não pode deixar de ser visto com os olhos de quem o vivenciou:

“Não podemos dizer que descobrimos o Brasil, porque nada foi descoberto, mas a cultura de Acupe é exclusiva de Acupe.

Nossa história aqui é muito forte. É o que faz Acupe resistir século a século em segmentos e cultura. (Paulo Cruz. Documentário Acupe, Terra Quente).

Os diferentes pontos de vista apresentados mostram o lugar de fala de moradores que reconhecem suas raízes e tem orgulho de onde vieram; pessoas que preservam a memória do local levando em conta o sentimento de pertencimento. Apesar das dificuldades, alguns moradores não imaginam suas vidas longe da comunidade, e isso só tende a reforçar os laços que foram construídos por lá, o que é muito importante para área cultural.

Há várias manifestações culturais em Acupe, entre elas, tem-se a “Burrinha”, que é realizada na Novena da Padroeira de Acupe, Nossa Senhora da Soledade, no dia 9 de Setembro e na Festa da padroeira de Santo Amaro, Nossa Senhora da Purificação, em 2 de fevereiro. Saindo pelas ruas da cidade, a “Burrinha” é encenada por uma pessoa vestida com saia comprida feita de chita ou outros panos coloridos, com jaqueta de couro, montada em um animal feito de pau, acompanhado de mulheres vestidas de baianas que dançam e dão umbigadas nos outros representantes do grupo, que é composto por um tocador de prato e pandeiro, violeiro e percussionista. A “Burrinha” lembra o Bumba Meu Boi pelas cores fortes das indumentárias, e utilização de elementos que referenciam a cultura popular.

Outras manifestações são os “Mandus” e “Bombachos”, figuras ligadas ao candomblé que fazem parte das apresentações dos “Caretas”. O nome “Mandu” significa coisa feia ou situação complicada; era uma figura sempre presente no Carnaval do Recôncavo. Segundo uma lenda que não surgiu em Acupe, os Mandus e Bombachos eram duas crianças, filhas de orixá que nasceram com uma doença que desconfigurava o rosto, assim, a mãe as vestiam com mantas para ocultar a feiura, causando medo a todos os que encontrava pelas ruas. Hoje, é encenado até por crianças vestidas de ternos, com braços compridos sustentados por cabos de vassoura, e com peneiras grandes cobertas com tecidos de chita sobre a cabeça; já os Bombachos, é apresentado por pessoas cobertas com lençóis coloridos da cabeça aos pés.

O Documentário *“Acupe, Terra Quente”* também destaca o trabalho de Salvador de Jesus, conhecido como “Dodô das Caretas”, que também faz parte das manifestações. Dodô relata no Documentário o surgimento dos mascarados / caretas de Acupe. Segundo ele, *“quando Acupe era Engenho, o Senhor reunia todos os escravos para fazer uma pequena festa no povoado. Numa dessas festas, surgiu um dos negros disfarçado, que ninguém sabia quem era. O Senhor mandou o feitor reunir os escravos para contar todos e percebeu que faltava um, ou seja, o que estava mascarado”*.

Os detalhes dos dentes afiados, das orelhas grandes, dos olhos arregalados quase não deixam perceber que as caretas são moldadas no barro e revestidas com papelão e papel machê, totalmente artesanal. Pintadas com cores fortes para chamar atenção, as caretas são usadas pelos moradores que vestem saias feitas com folhas de bananeiras, blusão comprido, além de usarem luvas e cobrirem o rosto com um lençol para que ninguém seja identificado. Eles saem pelas ruas imitando sons de gemidos para assustar os moradores, principalmente as crianças, que entram no jogo e se divertem com a aparente sensação de medo. Desde pequenas, as crianças entendem que aquela encenação faz parte da tradição da cidade.

No o Programa “Bahia Singular e Plural”⁷, apresentado pela TVE, no qual Acupe aparece citada como uma referências de manifestações culturais que utilizam máscaras, antes de Dodô, quem confeccionava as caretas era outro morador, chamado Vagalume. Inclusive, o próprio Vagalume afirma em entrevista, que foi ele quem introduziu as máscaras de borrachas na comunidade, após deixar de fazer as caretas de papel machê. Podemos dar exemplo da contribuição de Vagalume para as “Caretas de Cipó” ou “Caretas de Borrachas”, que são manifestações que também trata da Independência da Bahia e se apresentam junto com as caretas de Dodô. Os cipós eram guerreiros escravos que saíam pelas matas utilizando cipós para combater os inimigos.

Outra grande manifestação abordada por *“Acupe, Terra Quente”* é o “Nego Fugido”. Misturando elementos da dança, teatro, música e declamação, o “Nego Fugido” conta a história de perseguição, captura, luta, resistência e libertação dos escravos. Como relatado no blog “O Bom de Acupe”, é encenado por pessoas comuns

⁷ Programa “Bahia Singular e Plural. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mzg-J9scGqw>
Acesso em: 5/11/2014

da comunidade, dentre elas, crianças, pescadores e donas de casa. A apresentação é dividida em quatro atos, apresentados aos domingos do mês de julho.

Os personagens que aparecem na história são as “Negas”, que representam os “negos” fujões e são interpretados geralmente por crianças e adolescentes, com o rosto pintado de preto, calções brancos, peito de fora, e língua pintada de vermelho; os caçadores, usando colete, chapéu de couro e saia feita de palha de bananeira, aparecem para prender os escravos; outros personagens são os soldados, protetores do rei, que representam os senhores de engenho; a princesa Isabel é interpretada na figura de uma fada madrinha que representa o equilíbrio da paz e da guerra entre os negros e os brancos.

Em um dos atos, as “negas” são atingidas por tiros de espingarda pelos capitães do mato que os obrigam a pedir dinheiro na rua para comprar sua carta de alforria, os escravos pedem a carta de alforria ao rei, que ao ser preso, trava uma batalha entre soldados e negros. O rei é convencido a dar a carta de alforria, que é lida pelo capitão do mato, decretando a liberdade dos negros, que saem pelas ruas comemorando o fim da escravidão.

Segundo o babalorixá Paulo Cruz, o candomblé tem fortes relações com as manifestações culturais em Acupe, a exemplo dos Mandus, Bombachos e Nego Fugido:

“Essa cultura em Acupe é exclusivamente ligada ao Candomblé. Muitos não sabem porque muitos representantes fazem o que viram fazer, mas não sabem o que estão fazendo. Lá no século XIX existia uma praga aqui em Acupe e essa praga veio para um local chamado Acupe velho. Nos meses de julho e agosto essa praga assolava o local, então, os senhores de engenho, pegavam alguns dos seus escravos e vestiam de mandus para que a morte tivesse neles a própria morte. Mandus é um grupo específico saído do candomblé que saem com muito gemido pelas ruas. É a referência de egum, do nosso antepassado, para tentar aplacar a morte que assolava Acupe. A princípio, antes do

mandu ir pra rua, as pessoas que se vestiam com aquela característica, vinham antes no candomblé tomar o banho de erva para não ser aplacado por aquela situação, ou seja, devorado. Hoje, não é mais ligado ao axé, um ou outro que vem tomar seu banhozinho, para fazer essa representatividade. Os bombachos e mandus são os temíveis. Se a gente vê eles à noite, não podemos encarar, temos de correr, porque quem está ali embaixo, está manifestado. Eles estão conscientes, mas com uma manifestação do passado. O Nego Fugido trabalha muito com as palhas de bananeira, que é exclusiva para Egum, que se esconde debaixo das folhas de bananeiras”.

Não podemos esquecer do Samba, que é uma marca registrada das cidades do Recôncavo Baiano, principalmente em Cachoeira, Santo Amaro e Acupe, ganhou forma nas expressões culturais realizadas nestes locais, tendo sua maior representação na atuação da Irmandade da Boa Morte, em Cachoeira, eventos realizados pelo sambadores e sambadeira da Casa do Samba de Santo Amaro e nos Encontros de Samba que acontecem em Acupe - o foco de nossa atenção.

Cabe ressaltar que o samba só passou a ganhar relevância no Brasil no século XX. Além do papel do rádio, vale lembrar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, durante a gestão de Getúlio Vargas, através do anteprojeto de lei feito por Mário de Andrade, a pedido do Ministério da Educação em 1936. Posteriormente, houve uma mudança na nomenclatura do órgão: de “Serviço” transformou-se em Instituto que hoje, por sua vez, está vinculado ao MinC. O IPHAN tem a responsabilidade de fazer relatórios sobre a situação dos bens culturais do país, após o tombamento ou registro, garantindo a utilização desses bens pelas pessoas, assim como criar instrumentos de preservação dos bens, dentre eles, o registro nos livros de tombo, com base no Artigo 4º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Em 2004, o Samba do Recôncavo Baiano foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão do IPHAN e, em 2005, foi proclamado pela Unesco Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. O reconhecimento do Samba de Roda do Recôncavo Baiano como patrimônio imaterial pelo IPHAN fortaleceu todas as outras iniciativas que aconteciam na região. Este é o caso dos “Encontros do Samba de Roda”, criado e realizado por Joalice Fernandes da Silva Santos, conhecida como Dona Joalice, com a colaboração do grupo de Samba “Raízes de Acupe”. Mestre do saber e filha de sambandeira, D. Joalice luta para manter viva a tradição.

O primeiro Encontro do Samba de Roda⁸ aconteceu no ano de 2010 e, desde então, vem se fortalecendo mesmo sem o apoio da Prefeitura de Santo Amaro ou de empresários locais. Em 2014 completou sua 5ª edição, mostrando como o projeto foi abraçado pela comunidade e reconhecido pelas comunidades vizinhas e por turistas que viajam à Acupe para verem de perto e fotografar as manifestações que acontecem no mês de julho.

O recurso auferido para realizar o evento provém de ações pensadas por Dona Joalice e realizada em conjunto com alguns moradores. Entre as ações estão: excursões para outras cidades da Bahia, realização de Seresta, Bingo e Balaio Junino, entre outras. A renda obtida é gasta com toda produção do projeto que vai desde à impressão dos cartazes, à compra dos materiais que são utilizados no almoço que é distribuído gratuitamente para os membros de cada grupo. Vários grupos de Samba de outras cidades do interior do estado são convidados para se apresentarem no evento, a exemplo de Cruz da Almas, São Francisco do Conde, Alagoinhas, etc. São grupos tradicionais, com pessoas mais velhas à frente e grupos de samba mirim, o que mostra a importância do legado que é passado dos mais velhos para os mais novo.

Não podemos deixar de mencionar nesta breve análise que, o “estar junto” é algo imperante nos Encontros do Samba de Roda de Acupe. Isso pode ser visto desde a formação da roda que dá espaço para as pessoas sambarem, ao ato de comensalidade, quando todos sentam-se para almoçar juntos. O fato de vários negros se reunirem num evento que nunca apresentou nenhuma ocorrência ou implicância por parte da sociedade

⁸ Enquanto os primeiros Encontros do Samba eram apresentados na Praça da comunidade, a quinta edição do evento aconteceu na Sede da Filarmônica 19 de Março, no dia 27 de julho, das 9h às 20h.

- realidade inexistente anteriormente, como mencionamos dando o exemplo da capoeira que era proibida pela Polícia Imperial – enfatiza a importância da convivência entre várias pessoas que fazem parte da mesma cultura, e lutam para vivenciar um momento que já foi negado no passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Embora alguns momentos da história brasileira sejam registrados pela falta de compromisso com os direitos humanos, em relação aos direitos culturais, o Estado buscou torná-los fundamentais, passíveis de serem alcançados e praticados, primeiramente pelo discurso de garantia na Constituição de 1988 e, posteriormente, pelas políticas culturais que foram e estão sendo formuladas, tendo como exemplo maior a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura, o qual tem como base os direitos culturais e encontra-se ainda em processo de implementação.

As manifestações culturais realizadas em Acupe fazem parte da cultura popular do Brasil. É por meio delas que os direitos culturais de identidade e participação na vida cultural são realizados. Se existisse um Sistema Municipal de Cultura em Acupe de Santo Amaro, por exemplo, os moradores participantes das manifestações culturais apresentadas, poderiam levar suas demandas para os representantes da sociedade civil, participando assim, das discussões, e tomadas de decisões em torno da cultura local.

O reconhecimento da riqueza cultural de Acupe, é de extrema importância para que essa vida cultural continue sendo exercida. Isso se dá, em especial, através da construção de políticas de salvaguarda, como as criadas pelo IPHAN para o Samba de Roda no Recôncavo, pois tais manifestações refere-se ao patrimônio imaterial da comunidade. Por fim, sinalizamos a importância do trabalho realizado pela *ACCS Memória Social: Audiovisual e Identidades* em Acupe, o qual, na nossa opinião, aproxima-se do que Mário de Andrade fez na década de 1930, quando buscou registrar elementos da cultura popular do Brasil. Mas também propõe, por meio do registro e documentação, que se pode reconstruir uma história que não deveria ser esquecida, por fazer parte da memória da complexa diversidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACUPE Terra Quente. Direção: José Roberto Severino. Cap. 1 e 2, 2013. DVD (62 minutos); Cap. 3 e 4, 2014.

ALMEIDA, Luiz Fernando. **Os Sambas Brasileiros: Diversidade, Apropriação e Salvaguarda.** Organizado por Márcia Sant'Anna. – Brasília, DF: Iphan, 2011. 144 p – (Anais; 1) Disponível em:

<<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4180>> Acessado em: 19/10/2014

ARAGÃO, Ana Lúcia. **O Direito de Participação na Vida Cultural do Brasil no Governo Lula.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2013. 181 p.

ARAÚJO FILHO, Aldy Melo de. **A Evolução dos Direitos Humanos: Avanços e Perspectivas.** São Luís: Editora Edufma, 1997.123 p.

BAHIA Singular e Plural. Programa da TVE Bahia publicado no Youtube por Josias Pires, 2012 (34 minutos)

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004. 95 p.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Estrutura, Institucionalização e Implementação do SNC.** Brasília, DF, 2011.

BRASÍLIA. Camara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 2012. 35° Edição. 454 p.

CANCLINI, Néstor G. **O mundo inteiro como lugar estranho.** São Paulo: Edusp, 2016.

COELHO, Teixeira. **Apresentação.** In: Patrice Meyer Bisch e Mylène Bidault. **Afirmar os Direitos Culturais: Comentário à Declaração de Friburgo.** São Paulo: Editora Iluminuras, 2014. p. 7-12.

-----, **Direito Cultural no Século XXI: Expectativa e Complexidade.** In. **Direitos Culturais no Brasil, In: Direitos Culturais: um novo papel.** Revista do Observatório Itaú cultural, n. 11, Itaú Cultural, São Paulo, 2011. p. 6 – 14.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. In: **Direitos Culturais no Brasil, In Direitos Culturais: um novo papel.** Revista do Observatório Itaú cultural, n. 11, Itaú Cultural, São Paulo, 2011. p. 115 – 126.

GRUMAN, Marcelo. **A UNESCO e as Políticas Culturais no Brasil,** Políticas Culturais em Revista, ano 2, n. 1, 2008. p. 174-186. Disponível em:<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/download/3343/2456>>.

Acessado em: 06/10/2014.

IPHAN. **Samba de Roda do Recôncavo Baiano.** Dossiê 4. Brasília, 2006. 214 p.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=723>> Acessado em: 03/10/2014

MATA-MACHADO, Bernardo. **Direitos Humanos e Direitos Culturais,** 2007. 15 p. Disponível em:

<<http://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/legislacao-em-producao-cultural/texto-01-direitos-culturais>> acessado em: 05/09/2014.

PEDRO, Jesús Prieto de. **Direitos Culturais, o Filho Pródigo dos Direitos Humanos,** in. **Direitos Culturais: um novo papel.** Revista do Observatório Itaú cultural, n. 11, Itaú Cultural, São Paulo, 2011. p. 43 – 48. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001813.pdf>> Acessado em 15/08/2014

XIII **enecult**

encontro de estudos multidisciplinares em cultura

12 a 15 de setembro de 2017 | Salvador - Bahia
www.cultufabr/enecult